



Três Estratégias Fundamentais para a Redução do Desmatamento

Novembro 2007



**Três Estratégias Fundamentais
para a Redução do Desmatamento**

Aliança da Terra

Amigos da Terra

Instituto Centro de Vida - ICV

Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia - IMAZON

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM

Instituto SocioAmbiental - ISA

Núcleo de Estudos e Prática Jurídica Ambiental,
Faculdade de Direito -- Universidade Federal de Mato Grosso

Woods Hole Research Center

Com o apoio financeiro da Fundação David e Lucile Packard

Novembro 2007

Foto da capa: Acervo do IPAM

O Papel do Desmatamento nas Mudanças Climáticas

As florestas tropicais estão diminuindo a uma taxa de aproximadamente 5% por década. Elas estão sendo exploradas e derrubadas para abastecer os mercados locais, regionais, nacionais e globais de madeira, produtos agrícolas, carne e, mais recentemente, de biocombustíveis. O desmatamento tropical é responsável pela emissão de aproximadamente 2 bilhões de toneladas de carbono para a atmosfera a cada ano. Se somadas as emissões associadas à produção de gado e agricultura mecanizada, a mudança de uso da terra em áreas de floresta tropical contribui com cerca de 25% das emissões globais de gás de efeito estufa (Tabela 1). Os que mais contribuem são a Indonésia e o Brasil, com perfis nacionais de emissões onde predomina a mudança na cobertura da terra, diferentemente das maiores nações emissoras de carbono, cuja grande maioria das emissões é oriunda da queima dos combustíveis fósseis.

Tabela 1: Contribuição do desmatamento às emissões de gás de efeito estufa (Pg C = bilhões de toneladas de Carbono)

Gás	Contribuição para o Aumento do Efeito Estufa	Emissão Anual resultante do Desmatamento	Contribuição (%) do Desmatamento para a emissão total global	Contribuição do Desmatamento (%) para o Aumento do Efeito Estufa
CO ₂	58%	2.2 Pg C	26%	15%
CH ₄	21%	275 Tg CH ₄	48%	10%
N ₂ O	6%	5.4 Tg N ₂ O	33%	2%
Total*	85%			27%

*Não inclui CFC e HCFC.

Fonte: Houghton, R.A. 2005. *Tropical deforestation as a source of greenhouse gas emissions*. Pp. 13-20 in Moutinho, P. and S. Schwartzman, Eds. *Tropical Deforestation and Climate Change*. Amazon Institute for Environmental Research, Belém, Brazil.

Nesse contexto, ficou claro que a redução de desmatamento tem um papel importante na redução de emissão de gases que provocam o efeito estufa. Existe agora um consenso generalizado de que o desmatamento pode e deve ser combatido. No Brasil, o governo federal implementou um plano de ação de prevenção e controle do desmatamento na região Amazônica e, de 2004 a 2007, a taxa de desmatamento anual

na Amazônia Brasileira caiu de cerca de 27.000 km² para aproximadamente 10.000 km², uma das menores taxas dos últimos 20 anos. O governo brasileiro tem reivindicado o crédito dessa redução, atribuindo-a, em parte, à criação de 24 milhões de hectares de novas áreas protegidas desde 2004 (Figura 1), ao combate ao desmatamento clandestino e à repressão sistemática da corrupção nos órgãos de controle ambiental.

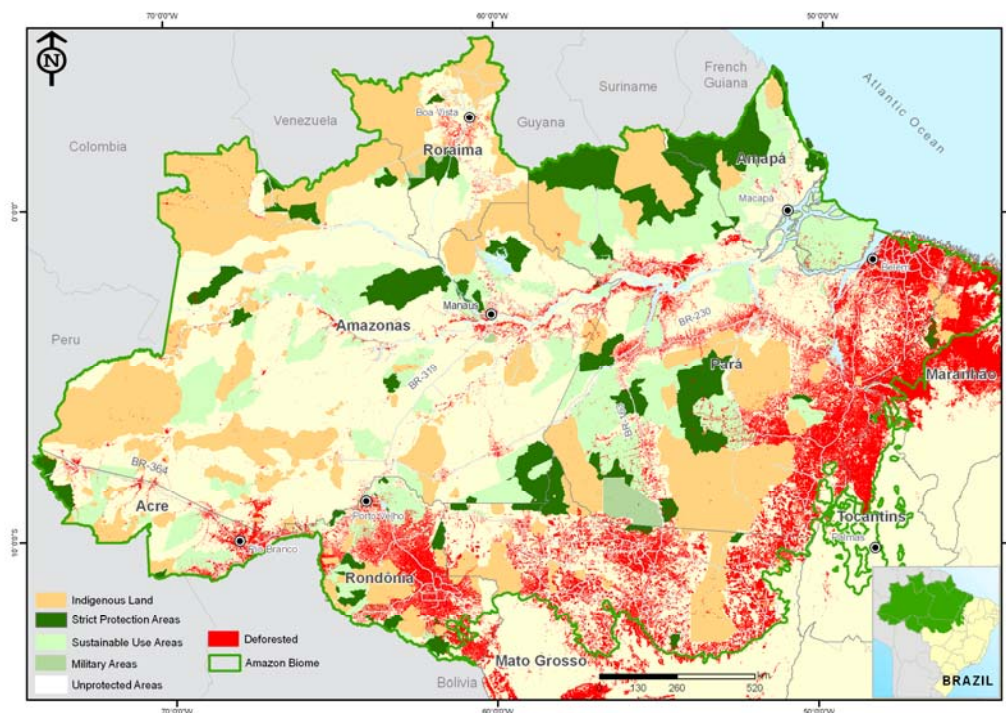


Figura 1: Áreas protegidas e desmatamento na Amazônia.
Fonte: Imazon

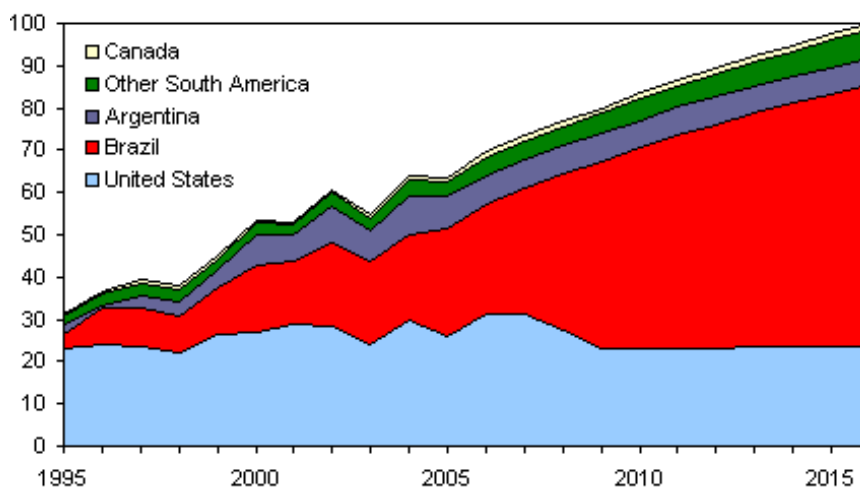
De fato, as estratégias do governo de expandir as áreas protegidas, combater os infratores e atacar a corrupção estão entre os meios mais importantes para combater o desmatamento. Análises recentes mostram que todas as formas de áreas protegidas agem como barreiras ao desmatamento ilegal (Figura 1). Não obstante, apenas a criação das áreas protegidas não garante desmatamento zero nessas áreas. É preciso fazer sua implantação efetiva, incluindo plano de manejo, conselho consultivo, monitoramento, fiscalização e responsabilização. Por exemplo, dados recentes mostram que o desmatamento foi retomado em novas áreas protegidas criadas em áreas de expansão da fronteira (Terra do Meio e BR-163).

Também, responsabilizar os infratores e combater a corrupção tem de fato um importante efeito inibidor e podem diminuir o sentimento de impunidade normalmente associado com crimes ambientais, especialmente o desmatamento ilegal.

Entretanto, embora a política governamental tenha tido um efeito bem positivo, uma parcela significativa da queda na taxa de desmatamento entre 2005 e 2007 pode refletir também conjunturas do mercado: as mudanças nas taxas de câmbio (Real valorizado) e na diminuição dos preços das commodities (soja e carne) no mercado internacional. Com o Real valorizado e preços baixos, a rentabilidade da expansão agrícola diminuiu, especialmente aquela relacionada ao cultivo de soja. Mudanças mais recentes no mercado internacional, contudo, indicam uma elevação de preços para commodities agrícolas, retomando a pressão por mais terra para cultivo (Figura 2). Isto certamente impõe um grande desafio para o governo brasileiro no sentido de manter, nos próximos anos, a tendência de queda das taxas de desmatamento na Amazônia.

Major soybean exporters

Million metric tons



Source: USDA Agricultural Projections to 2016, February 2007.
USDA, Economic Research Service.

Figura 2: Espera-se que a maior parte da nova produção de soja venha do Brasil.

Fonte: USDA. 2007. *Soybeans and Oil Crops Market Outlook*.

<http://www.ers.usda.gov/Briefing/SoybeansOilcrops/2007baseline.htm>

Neste contexto, as áreas que deixaram de produzir soja no Estado de Mato Grosso há dois anos, agora voltam a produzir. Além disso, a demanda de mercado crescente por etanol tem levado à conversão de áreas de soja em cana-de-açúcar em estados vizinhos, o que aumenta a demanda para produção de soja em Mato Grosso. A expansão do cultivo de soja, por sua vez, desloca a pecuária para áreas ainda cobertas por florestas.

Esta dinâmica econômica parece explicar a relação entre o aumento súbito no desmatamento e a melhora dos mercados de commodities (Figura 3). A correlação dos fatores macroeconômicos com o desmatamento sugere que, em adição às medidas de comando e controle, a valorização econômica da floresta poderá contribuir de forma decisiva com sua conservação e seu uso sustentável por longo prazo. Para tanto, as

atuais políticas governamentais deverão ser apoiadas por esforços adicionais que proporcionem incentivos que transformem a conservação florestal em veículo de crescimento econômico e uma opção competitiva o suficiente para enfrentar o estímulo ao desmatamento que resulta do aumento global no consumo de produtos agrícolas.

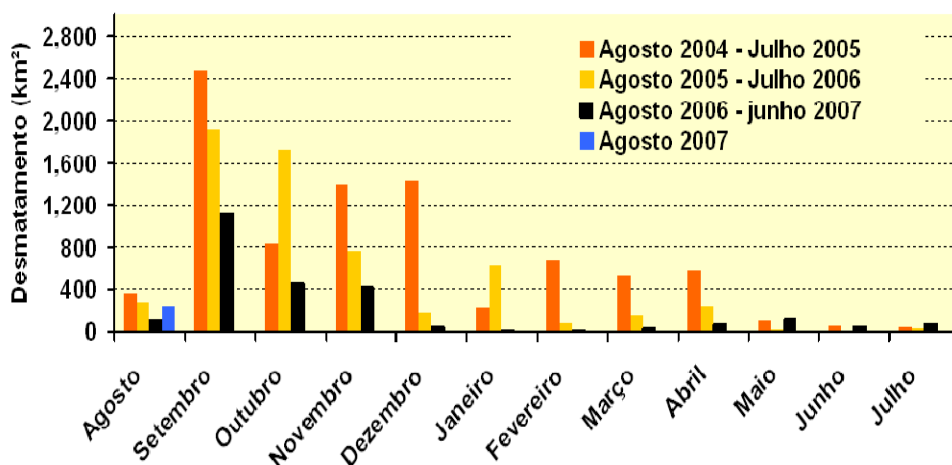


Figura 3: Sistema de Alerta de Desmatamento identifica possível reversão na tendência de diminuição de desmatamento, maio-julho 2007.

Fonte: IMAZON/ICV

As Três Estratégias para Reduzir o Desmatamento

Diferentes estratégias para redução do desmatamento, especialmente o ilegal, têm sido propostas. Neste relatório, três delas, consideradas fundamentais, são apresentadas. Certamente, nenhuma delas substitui as ações de prevenção e controle de desmatamento ilegal dos governos federal e estaduais. Pelo contrário, cada estratégia empodera a sociedade civil e o setor privado para assumir um papel pro-ativo na redução do desmatamento, trabalhando em conjunto com os governos.

As três estratégias são:

1. Aumentar a transparência, a disseminação e o uso efetivo dos dados de desmatamento por agências governamentais e pela sociedade civil.
2. Desenvolver e implementar mecanismos de mercado funcionais e confiáveis que proporcionem incentivos financeiros para conservação da floresta e o uso sustentável de seus recursos.
3. Contribuir no desenvolvimento de políticas públicas que “aumentem a escala” dos incentivos para conservação e uso sustentável da floresta.

A primeira estratégia visa fortalecer os componentes ligados ao sistema de prevenção e controle de desmatamento (Figura 4) fornecendo dados de desmatamento de alta qualidade, independentemente analisados, às agências governamentais responsáveis, aos tomadores de decisão, à mídia e ao público em geral. A segunda estratégia busca conseguir um “prêmio verde” para produtores agrícolas que contribuam para a conservação florestal, promovendo um cadastro independente, e no futuro a certificação por terceiros do bom manejo de terras agrícolas, começando com o cumprimento da legislação sócioambiental do Brasil (Quadro 1). Finalmente, a terceira estratégia enfatiza um esforço de construção de consenso entre diferentes grupos de interesse, focando na ampliação de uma base de apoio no Brasil para políticas estaduais, nacionais e internacionais, que resultem em compensação financeira para redução de emissões de desmatamento.



Figura 4: Controle de desmatamento exercido sob uma abordagem sistêmica. *Fonte: IMAZON*

Quadro 1: Dispositivos do Código Florestal para conservação em propriedades rurais privadas no Brasil.

O atual Código Florestal Brasileiro foi promulgado em 1965 e regulamenta o uso e conservação de florestas e outros tipos de vegetação nativa em propriedades rurais privadas. O Código conta com dois conceitos principais: (1) Áreas de Preservação Permanente (APP's) e (2) Reserva Legal (RL). As APP's protegem a vegetação ao longo dos rios, as altas declividades (> 45%) e os topos de morro. A RL (mas, não as APP's) pode ser explorada sustentavelmente dependendo da aprovação de um plano de manejo que mantenha a função ecológica e a composição da vegetação nativa. Os donos de propriedade são isentos de pagar o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) tanto sobre a RL como as APP's.

A proporção de cada propriedade a ser destinada à RL varia segundo a região e o bioma em que está inserida. Originalmente, a RL cobria 50% da área das propriedades localizadas na Amazônia Legal e 20% para outras regiões do país. No presente, devido à Medida Provisória 2.166, a RL deve compor 80% das propriedades no bioma Floresta Amazônica, 35% no bioma Cerrado dentro da Amazônia Legal e 20% em todas as outras áreas do país. Para tanto, as seguintes condições devem ser atendidas: (1) a área de APP conta para cumprir o requerimento de porcentagem de RL, mas somente no bioma de Floresta Amazônica, nas áreas já convertidas; (2) a RL pode ser reduzida, para fins de recomposição (recuperação daquilo que foi desmatado a mais do que o permitido), de 80% a 50% no bioma de Floresta Amazônica desde que tal redução esteja de acordo com um plano de zoneamento ecológico-econômico previamente aprovado; (3) onde a vegetação nativa já estiver sido retirada além dos limites estipulados pelo Código Florestal, os proprietários de terras devem restaurar ou compensar a RL em outro imóvel, protegendo uma área de floresta adicional e de igual extensão e função ecológica e caráter dentro da mesma microbacia; (4) RL em propriedades < 150 ha podem ser restauradas usando espécies exóticas em conjunto com nativas.

Experiências e Resultados

Desde 2005, um grupo de organizações não governamentais (ONG's), em parceria com a academia, governos e o setor privado, têm executado um conjunto integrado de projetos para testar a eficácia das estratégias para redução do desmatamento amazônico apresentadas anteriormente neste relatório. Trabalhando especialmente no Estado de Mato Grosso, essas organizações conseguiram resultados bem promissores, que são, resumidamente, descritos a seguir.

Estratégia 1: Aumentar a transparência, a disseminação e o uso efetivo dos dados de desmatamento por agências governamentais e pela sociedade civil.

O Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental de Mato Grosso (SIMLAM; <http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/>) tem sido amplamente considerado um modelo para sistematizar o cadastro de propriedades rurais e o licenciamento do uso da terra na Amazônia. Entretanto, o estado de Mato Grosso é o recordista de emissões de CO₂ de desmatamento ilegal – em parte porque somente 30% da área de propriedades rurais privadas no Estado estão cadastrados no SIMLAM, e em parte porque o licenciamento é apenas um dos componentes necessários ao controle do desmatamento na região (Figura 4). Os outros componentes incluem o monitoramento, a fiscalização em campo e a responsabilização legal dos infratores. Essa estratégia tem como objetivo catalisar aperfeiçoamentos no sistema de controle de desmatamento do Estado, disseminando informações e proporcionando apoio técnico.

Sua implementação começou com um esforço para aumentar um dos componentes acima citados: o monitoramento do desmatamento. Para tanto, desenvolveu-se um Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) que vem sendo operado e implementado de forma independente pelo Instituto de Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). O sistema proporciona, em tempo quase real, atualizações automatizadas da derrubada das florestas do Estado, utilizando imagens de satélite digitais produzidas em intervalos de 16 dias¹. Este sistema tem demonstrado ser consistente, confiável e oportuno para fornecer “alertas” de tendências de desmatamento emergentes, como aquele detectado desde maio de 2007 em Mato Grosso (Figura 3).

O IMAZON, em colaboração com o Instituto Centro de Vida (ICV), tem disseminado amplamente os resultados e análises do SAD, através de um Boletim mensal de “Transparência Florestal.” Neste Boletim, a extensão e distribuição espacial do

¹ O SAD utiliza os mesmos dados de satélite que o sistema DETER do governo brasileiro, mas está baseado num conjunto diferente de algoritmos de classificação de imagens. Quando os primeiros resultados do SAD foram anunciados, o diretor do programa de monitoramento ambiental do governo Brasileiro declarou seu apoio dizendo: “é uma oportunidade para nós aprimorarmos o DETER”. (Dalton Valeriano citado na *Folha de São Paulo*, 11 de setembro de 2006).

desmatamento em Mato Grosso são identificadas. O Boletim tem recebido ampla cobertura da mídia estadual e nacional (> 150 citações) e está disponível on-line (www.imazon.org.br e www.icv.org.br). Até o momento, houve mais de 2.000 visitas para “baixar” da página uma cópia eletrônica. O impacto desta publicação junto aos tomadores de decisão tem sido, também, notável. Por exemplo, seguindo a divulgação do Boletim de agosto de 2007, a Ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, anunciou que as causas do problema seriam analisadas pelos governos federal e estadual e que o trabalho das equipes de fiscalização seria orientado por esses dados.

Através dessa estratégia, também procuramos contribuir para o cumprimento mais efetivo das leis ambientais, compartilhando informações do Sistema de Alerta de Desmatamento com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e com o Ministério Público Estadual (MPE). A fiscalização do desmatamento ilegal é claramente uma função do Estado, mas a sociedade civil pode proporcionar uma assistência efetiva com informações de fácil manuseio, de alta qualidade e oportunas.

Neste sentido, o ICV, por exemplo, desenvolveu e disponibilizou um modelo empírico de risco de desmatamento para Mato Grosso que pode contribuir com as agências governamentais a decidirem como alocar recursos limitados de forma mais eficaz, não apenas para fiscalização, mas também para a prevenção de desmatamento ilegal. Para melhorar ainda mais a transparência, o IMAZON também divulgou recentemente um portal interativo na “Web” de fácil manuseio, que esboça mapas e dados do sistema de alerta ambiental, junto com diversos outros mapas e conjuntos de dados espaciais da Amazônia Brasileira, todos disponíveis para o público em geral (<http://imazongeo.org.br/>).

Além disso, o ICV realizou uma avaliação estratégica de cada componente do sistema de prevenção e controle de desmatamento e elaborou recomendações que estão sendo incorporadas progressivamente pela SEMA e que estão servindo de referência para a elaboração do Plano Estadual de Combate ao Desmatamento.

A responsabilização legal dos infratores permanece como o mais frágil componente no sistema de controle de desmatamento. Há ainda a persistência da impunidade. Certamente há um complexo de ações administrativas, civis e criminais que podem ser tomadas contra o desmatamento ilegal, mas, historicamente, as violações têm um redizidíssimo nível de punição. Em 2006, a SEMA emitiu autuações para somente cerca de 25% dos incidentes de desmatamento ilegal em Mato Grosso. Depois das autuações serem emitidas, em 95% dos casos os autos lavrados demoraram mais de um ano para serem solucionados e, em 2005, nenhum dos maiores desmatamentos ilegais foi objeto de ações judiciais (civis ou criminais). Para aumentar a transparência e contribuir para uma responsabilização efetiva dos infratores dentro do sistema de controle de desmatamento do Estado, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com apoio do ICV e IMAZON, criou um Núcleo de Estudos e Prática

Jurídica Ambiental que levanta e analisa dados, reporta os resultados da pesquisa, documenta e encaminha proposta de ações judiciais contra os maiores desmatadores ilegais aos órgãos competentes.

Estratégia 2: Desenvolver e implementar mecanismos de mercado funcionais e confiáveis que proporcionem incentivos financeiros para conservação da floresta e o uso sustentável de seus recursos.

Grande parte do desmatamento na Amazônia Brasileira é resultado da formação de grandes pastagens e pela expansão da agricultura mecanizada. Esta última desloca a primeira para novas regiões ainda cobertas por florestas. A ligação entre taxas de desmatamento e os sinais macroeconômicos parece motivar grandes proprietários de terra na Amazônia a promoverem mais desmatamentos (Figura 5). Para interromper esta ligação, é necessário desenvolver incentivos positivos para conservação florestal, construindo as instituições e os mecanismos que estimulem a decisão de proprietários de terra em manterem suas florestas. Um esforço central tem sido o desenvolvimento e a implementação do Cadastro de Compromisso Sócioambiental (CCS), uma colaboração entre Aliança da Terra, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) e o *Woods Hole Research Center (WHRC)*.



Figura 5: "Teleconexões econômicas": fatores relacionados ao aumento do desmatamento da Amazônia (FMD febre aftosa; BSE, encefalopatia bovina espongiforme; R\$, real). A linha pontilhada representa a supressão de expansão de soja associada à Gripe Aviária.

Fonte: Nepstad, D.C., C.M. Stickler, O. Almeida. 2006. *Globalization of the Amazon soy and beef industries: Opportunities for conservation*. *Conservation Biology* 20:1595-1603.

O CCS é essencialmente uma lista de proprietários de terras que se comprometem a seguir “melhores práticas” agrícolas. Os cadastrados se comprometem com um conjunto de princípios e práticas socioambientais, recebem relatórios e diagnósticos do estado de suas propriedades e são providos com planos de ação para implementação de boas práticas de manejo da terra e regularização, se necessária, de sua propriedade perante a legislação . Atualmente, mais de um milhão de hectares já foram incluídos no CCS, dos quais 400.000 ha estão cobertos por floresta,. O CCS busca o comprometimento dos proprietários com a proteção florestal, especialmente relevante em uma região onde há uma grande produção de soja e criação de gado .

O CCS, inicialmente, focou na Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso, mas está rapidamente se expandindo em resposta à crescente demanda imposta por grandes proprietários de terra. O principal objetivo é congregar tais proprietários num grupo que possa ser reconhecido pelo mercado e diferenciados daqueles que não estão comprometidos com práticas socioambientais responsáveis. A Associação de Criadores de Zebu, por exemplo, entrou num acordo de cooperação com o CCS para treinar seus técnicos a executarem diagnósticos socioambientais e planos de manejo nas propriedades de modo que seus membros possam se inscrever no CCS. A maior empresa produtora de soja na região também está participando. O mais importante é que diferentes compradores, desde empresas de empacotamento de carne a redes de supermercados, estão mostrando interesse em desenvolver linhas de produto produzidos no âmbito do CCS com uma expectativa de melhorar o pagamento aos produtores.

Complementando o CCS, a ONG Amigos da Terra convocou um grupo de trabalho tripartite de grupos de interesse dos setores ambiental, social e econômico para iniciar um esforço de longo prazo para desenvolver um sistema de certificação agrícola nacional no Brasil. Tal sistema seguiria, em geral, as mesmas linhas do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC-Brasil) para silvicultura.

Participantes de alto nível, incluindo o ex-Ministro da Agricultura (representando o setor econômico), têm papéis de liderança no processo. Embora a iniciativa tenha originado do setor ambiental, o setor econômico tem tido o papel mais ativo até agora, com o entendimento que “se nós não criarmos nossa própria estrutura, teremos que engolir critérios importados”². O grupo de trabalho empreendeu uma revisão de padrões de 12 sistemas de certificação atuais no Brasil como uma base inicial para discussão, com a finalidade de produzir um conjunto mínimo de princípios e critérios para um futuro selo de certificação agrícola guarda-chuva.

² Roberto Rodrigues, *Gazeta Mercantil*, 16 February 2007

Outro mecanismo do mercado que poderia incentivar a conservação da floresta é a compensação da “Reserva Legal”. Independentemente de incentivos financeiros, o Código Florestal Brasileiro determina que proprietários de terra mantenham uma substancial porcentagem de sua propriedade sob cobertura florestal (Quadro 1). A porcentagem varia de acordo com a região e, para a Floresta Amazônica hoje devem ser mantidos em pé 80% da área do imóvel (mas, pode ser reduzida para fins de recuperação, a 50% do imóvel, desde que isso tenha sido aprovado num zoneamento ecológico-econômico estadual ou federal).

Historicamente, esse dispositivo tem sido amplamente ignorado, mas a crescente demanda do mercado por boas práticas ambientais na produção de commodities agrícolas, bem como um maior esforço do Poder Público em fazer valer a lei, têm provocado interesse renovado de proprietários rurais de todo o país – mas notadamente na Amazônia – em obter um atestado de regularidade ambiental. Nesse sentido, junto com a SEMA e o Ministério Público, o Instituto Socioambiental (ISA) tem trabalhado para ajudar proprietários de terra privada a encontrar caminhos para cumprir o Código Florestal, com uma ênfase na compensação da reserva legal, que é uma forma de comércio do direito de desmatar, no qual aquele que desmatou além do permitido pode pagar para que um terceiro que teria direito de desmatar mantenha sua floresta em pé. Nesse sentido, o ISA vem fazendo um amplo levantamento fundiário em uma das regiões mais ameaçadas pelo desmatamento no Mato Grosso – condição necessária para se poder operacionalizar o comércio de reserva legal – preparando um guia informativo sobre regularização de imóveis rurais e realizando conversas com grandes e médios proprietários rurais para avaliar o interesse em usar o mecanismo. ISA, junto com IPAM e ICV, também está desenvolvendo dois planos de zoneamento em micro-bacias do Rio Xingu que possa facilitar a compensação da Reserva Legal. Para proprietários de terra privada, o custo da compensação em outro imóvel é, em muitos casos, muito menor do que a alternativa de reflorestamento. E, da perspectiva da mudança climática, a quantidade de carbono retida pela manutenção da floresta em pé, que seria do contrário retirada, é muito maior do que a acumulação de carbono que adviria de reflorestamento.

Estratégia 3: Contribuir no desenvolvimento de políticas públicas que “aumentem a escala” dos incentivos para conservação.

Os serviços ambientais providos por florestas e a necessidade de compartilhamento justo e equitativo dos custos de conservação são amplamente reconhecidos, mas políticas coerentes para tratar o enorme desafio de conservação que esta “falha de mercado” apresenta ainda estão faltando. Oportunidades para aumentar a escala dos incentivos para conservação da floresta tropical estão agora claramente no horizonte. A boa notícia é que, enquanto historicamente o desmatamento tem sido aproximadamente 27% do problema de emissão de gás de efeito estufa (Tabela 1), a conservação da floresta tropical pode agora fazer uma contribuição substancial para reduzir emissões. O desmatamento amazônico pode ser reduzido em 70% a um custo de oportunidade de menos de \$10 por tonelada de carbono (Figura 6).

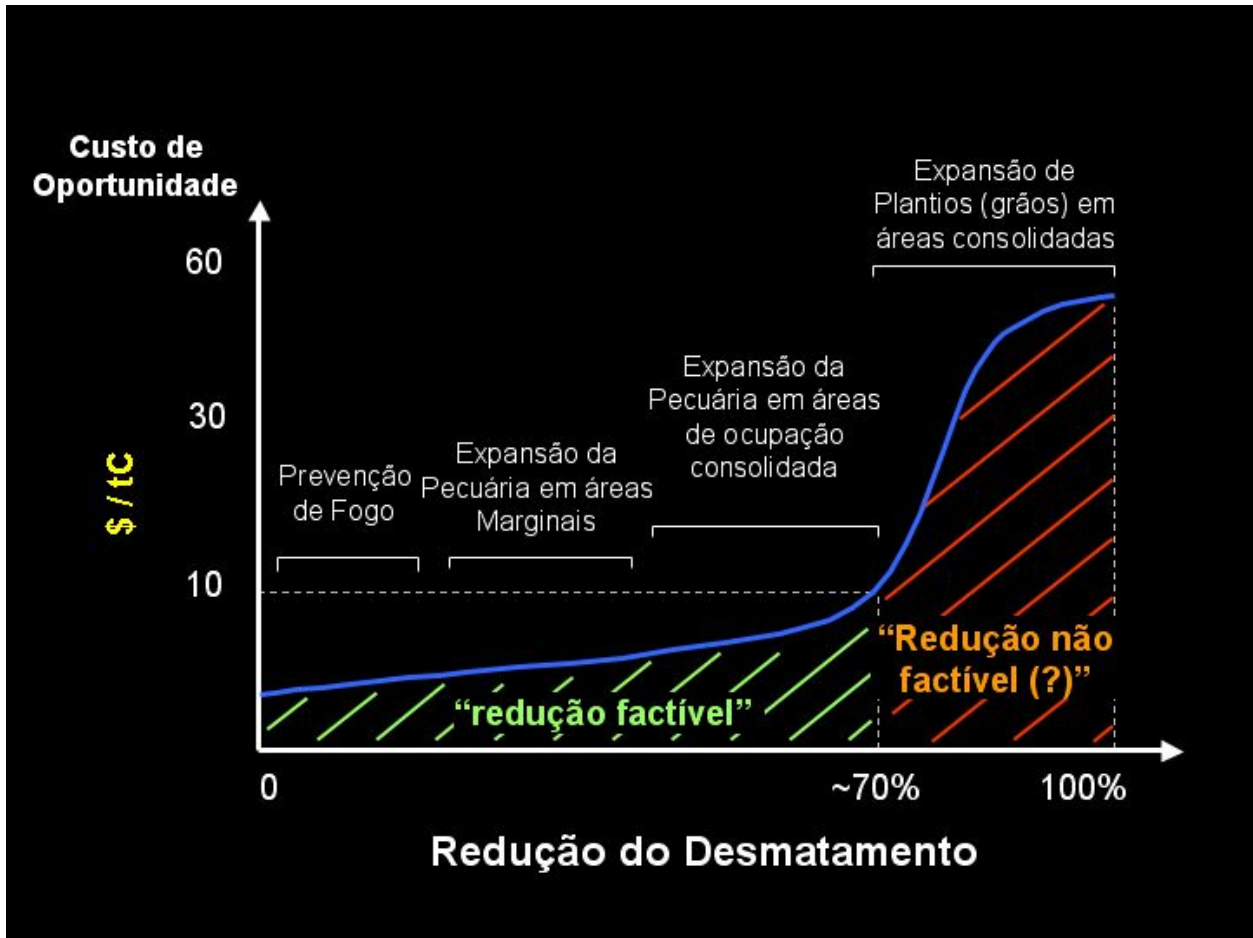


Figura 6: A curva de suprimento de carbono para redução de emissões de desmatamento na Amazônia Brasileira.

Fonte: IPAM

Em colaboração com outras ONGs, o IPAM desenvolveu o conceito de Redução Compensada, sob o qual países tropicais que elejam reduzir seu nível nacional de desmatamento abaixo de uma linha de base acordada receberiam compensação *post facto* e comprometer-se a estabilizar e/ou reduzir mais ainda o desmatamento no futuro (Figura 7). O Brasil é o país mais preparado para implementar um programa de redução compensada porque tem uma excelente capacidade de monitoramento, a sociedade civil está engajada na questão e o governo está crescentemente comprometido a reduzir desmatamento.

A compensação para reduzir emissões de desmatamento poderia ser baseada em um mecanismo de mercado *cap-and-trade* (limitar-e-comercializar) para créditos de carbono ligado ao mercado para reduções de emissões de combustíveis fósseis certificadas. Essa proposta conseguiu notável tração internacionalmente começando em 2005 com o apoio da Coalizão de Nações de Floresta Tropical Húmida, que inclui 15 países em desenvolvimento.

Mas, no momento em que este relatório foi escrito, não incluíam Brasil e Indonésia – os países responsáveis pela maior parte do desmatamento tropical. Historicamente, o Brasil tem tido o melhor sistema de monitoramento no mundo, mas não expressou grande disposição para discutir desmatamento com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima antes de 2006. Contudo, em uma série de grandes iniciativas de política, começando na reunião da Conferência das Partes em Nairobi, em dezembro de 2006, o Governo Brasileiro agora “reconhece a necessidade de incentivos positivos financeiros para a implementação plena de ações para assegurar a redução de emissões de desmatamento”.³ Foi o que assegurou a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, falando nas Nações Unidas em Nova York, em 23 de setembro de 2007. A importância do Brasil para um processo internacional que vise reduzir emissões de desmatamento é crítica; sua ausência seria semelhante à ausência da participação dos EUA no próprio Protocolo de Kyoto.

Os céticos da redução compensada de emissões de desmatamento, contudo, argumentam que é difícil monitorar o desmatamento tropical e estimar a quantidade de carbono armazenado nas florestas tropicais. Além disto, dizem que as garantias de permanência quanto ao armazenamento de carbono em florestas são duvidosos. Que o “vazamento”, isto é, o deslocamento do desmatamento de uma área para outra, é possível de ocorrer e a inclusão de “desmatamento evitado” poderia ser usado como uma alternativa barata demais para reduzir emissões industriais de países desenvolvidos.

³ www.amazonia.org.br/noticiacfm?id=253251

Embora essas objeções sejam importantes de se tratar, elas não são intransponíveis. O Brasil e alguns outros países já têm bons sistemas de monitoramento. A permanência do carbono em floresta não está totalmente garantido, mas reduções de emissões não precisam ser permanentes para serem úteis. De fato, o carbono pode ser “alugado” mais do que “comprado”. O vazamento pode ser substancial dentro de países, mas é possivelmente menos substancial entre países. Conseqüentemente, um sistema de compensação em nível nacional parece mais adequado, como é proposto através do mecanismo de redução compensada do desmatamento. Finalmente, as emissões de desmatamento reduzidas deveriam ser uma adição ao, não uma substituição para, reduções de emissão de combustível fóssil.

Redução Compensada

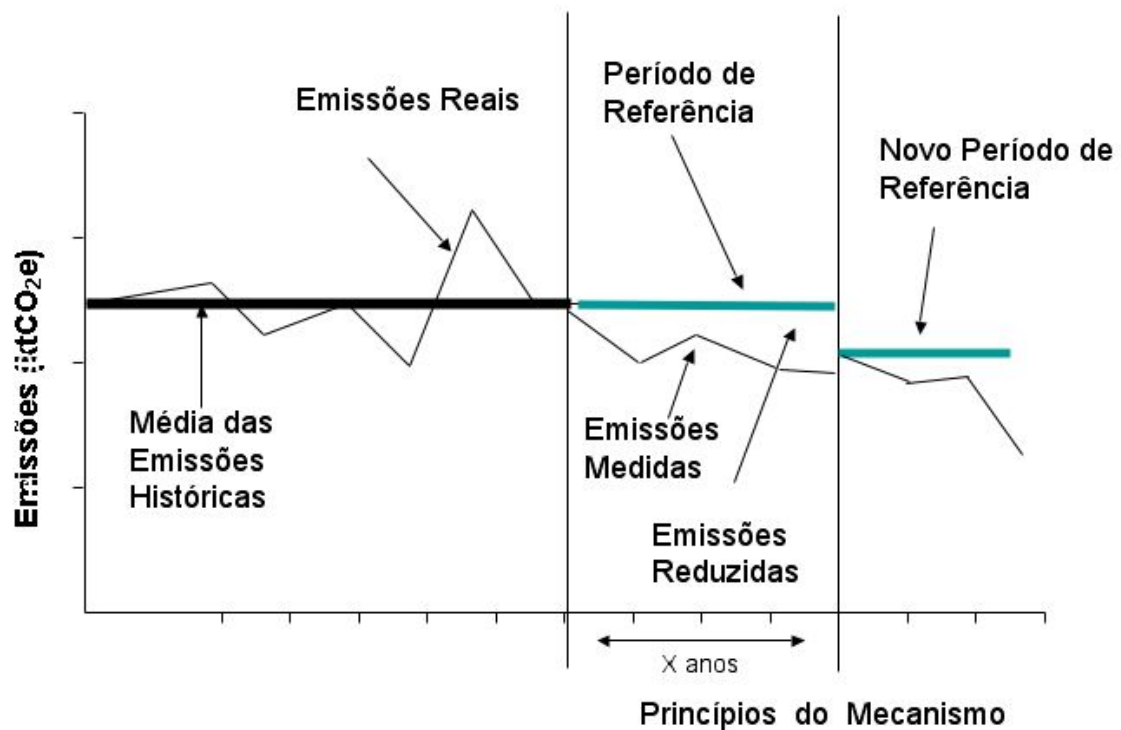


Figura 7: Redução compensada do desmatamento: cenários de linha de base.
Fonte: IPAM

O Fundo de Parceria de Carbono de Floresta (*Forest Carbon Partnership Facility - FCPF*) do Banco Mundial é um esforço promissor que visa iniciar um sistema no nível nacional de compensação de emissões reduzidas de desmatamento. O FCPF inclui um “fundo de prontidão” apoiado por doadores para ajudar países de floresta tropical a desenvolverem a capacidade requerida para planejar e monitorar reduções de desmatamento, junto com um “fundo de carbono” para investimento em aquisição do que poderiam ser reduções de emissões certificadas comerciáveis, análogas àqueles emitidas através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Dentro do Brasil, existe agora um florescente número de iniciativas que visam reduzir desmatamento através de alguma forma de pagamentos por serviço ambiental (Tabela 2).

Essas incluem iniciativas emergentes da sociedade civil, assim como outras iniciativas implementadas pela administração do Presidente Lula, pelo Congresso Nacional e pelos Estados Amazônicos. Por exemplo, o Pacto pela Valorização da Floresta e o Fim de Desmatamento na Amazônia, recentemente lançado pela sociedade civil organizada, estabelece metas para reduções de desmatamento em nível estadual e desenvolve mecanismos financeiros para apoiar esse esforço. O ICV tem desenvolvido um estudo específico de avaliação das condições de aplicação do Pacto proposto no caso do Estado de Mato Grosso.

O papel crítico das organizações envolvidas no desenvolvimento das estratégias aqui apresentadas é o de prover aos tomadores de decisão as informações e análises que eles precisam para moverem o processo adiante.

Tabela 2. Iniciativas visando redução de desmatamento através de pagamentos por serviços ambientais.

<i>Iniciativa</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Status Atual / Data de lançamento da iniciativa</i>	<i>Atores envolvidos</i>
Redução Compensada do Desmatamento (RC)	Compensação, via mercado de carbono, a países em desenvolvimento pela redução voluntária de emissões oriundas do desmatamento em seus territórios abaixo da média histórica de emissões.	Sob debate na UNFCCC/ COP 9, 2003.	ONGs Brasileiras (lideradas pelo IPAM) com apoio da Aliança dos Povos da Floresta e alguns Estados Amazônicos.
Proposta Brasileira de Incentivos Positivos	Fornecer “incentivos positivos” a países em Desenvolvimento que, voluntariamente, alcancem reduções líquidas de suas emissões de gases de efeito estufa oriundas de desmatamento, abaixo de um ponto de referência de emissões históricas.	Sob debate na UNFCCC/ COP 12, 2006.	Governo Federal brasileiro.
Pacto pela Valorização da Floresta e o Fim de Desmatamento na Amazônia	Estabelecer um acordo dentro da Amazônia Legal para alcançar uma taxa zero de desmatamento até 2015, seguindo um regime de metas de redução das taxas estabelecidas por estado.	O Pacto foi lançado em outubro de 2007 e está sendo aprimorado. Há um esforço atual do Congresso Nacional em solicitar recursos financeiros para ações previstas no Pacto.	Estados da Amazônia, governo federal, povos tradicionais, ONGs, produtores rurais e povos indígenas.
Ação do Poder Legislativo contra mudança climática e desmatamento	Implementação do Grupo de Trabalho de Clima da Frente Parlamentar Ambientalista para estudar e discutir como o Brasil pode reduzir suas emissões. O grupo estuda qual política pública seria mais adequada para atingir este objetivo. Constituição da Comissão Mista Especial sobre Mudança Climática cujo trabalho de consulta e promoção do debate sobre o assunto criará os fundamentos para uma política nacional de mudança climática. A redução de desmatamento foi considerada a medida mais eficaz que o país deve tomar para contribuir para a mitigação da mudança climática global, sendo eleita como prioridade.	Estudos de projetos de lei dos congressos americano e inglês sobre mudança climática; Discussão sobre as políticas de redução do desmatamento na Amazônia; Discussão sobre as bases para uma política nacional de mudança climática / Março 2007	Parlamentares do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista e Comissão Mista de Mudança Climática, com suporte de ONGs brasileiras, institutos de pesquisa, e movimentos sociais.
Iniciativa do Amazonas	Proposta independente do Estado do Amazonas para a criação de um mecanismo de compensação por serviços ambientais, incluindo compensação por redução de desmatamento.	Uma lei estadual sobre mudança climática foi sancionada implementando a Iniciativa do Amazonas.	Governo do Estado do Amazonas, com suporte de ONGs, movimentos sociais e instituições acadêmicas.
Plano para redução do desmatamento em Mato Grosso	Plano de controle do desmatamento baseado em iniciativas de compensação a proprietários de terra pelos serviços ambientais prestados, entre eles a manutenção de florestas, no fortalecimento do monitoramento e controle do desmatamento, e no aumento da área do estado sob proteção e incentivo a manejo florestal.	Plano tem sido discutido entre governo estadual e sociedade local. O plano poderá ser lançado nos próximos meses.	Governo do Estado do Mato Grosso, com suporte de ONGs ambientalistas e o setor do agronegócio.

Próximos Passos

Os esforços descritos nesse relatório foram construídos sobre fortes ligações entre ONGs e agências estaduais e federais no Brasil, e são caracterizadas pela integração entre diversas escalas, desde posses de terra individuais a bacias hidrográficas, até questões de política estadual, regional, nacional e internacional. O que se busca com as atividades aqui descritas é dar continuidade ao fomento de abordagens inovadoras adicionais para reduzir o desmatamento. Abaixo, são listadas algumas das oportunidades emergentes para alcançar e consolidar reduções de desmatamento na Amazônia Brasileira durante os próximos anos:

1. Ampliação das estratégias 1 e 2 para além de Mato Grosso, incluindo:
 - a. Implementação do Sistema de Alerta de Desmatamento e esforços de disseminação de dados em outros estados amazônicos;
 - b. Expansão do Cadastro de Compromisso Socioambiental para outros estados amazônicos.
2. Avaliação do SIMLAM para desenvolver recomendações específicas que atingir o cadastramento de 90% das propriedades rurais em Mato Grosso até o ano de 2010.
3. Apoio ao desenvolvimento e implementação de Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento, em articulação com o Plano do Governo Federal.
4. Desenvolvimento de um fundo piloto para estimular o mercado de compensação florestal, através do comércio dos ativos e passivos florestais de reserva legal das propriedades.
5. Atingir um consenso científico sobre as linhas de base apropriadas para calcular a redução de emissões de desmatamento e definir, assim, compensações por reduções alcançadas de desmatamento (Figura 7).
6. Capacitação de grupos de interesse dos governos federal e estadual, do setor privado e movimentos sociais regionais sobre a intersecção entre mudanças climáticas e conservação de floresta tropical.

Esta, certamente, é uma pequena lista. Obviamente pode ser em muito expandida e incluir outras oportunidades que emergirão durante os próximos anos. Assim, as florestas tropicais, as pessoas que dela e nela vivem e o clima global, poderao se beneficiar de um mundo no qual faz mais sentido, inclusive econômico, conservar florestas do que destruí-las. Esse mundo ainda está ao nosso alcance, mas o tempo está se esgotando.

A Aliança da Terra - AT é um novo modelo de organização não governamental que congrega proprietários conscientes e comprometidos com a produção responsável. Ela tem como principal atividade a realização do Cadastro de Compromisso Socioambiental de propriedades agropecuárias, contemplando até mesmo produtores sem um histórico de boa gestão desde que dispostos a iniciar um processo gradativo de adequação socioambiental.

Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) reconhecida pelo Ministério da Justiça, existe no Brasil desde 1989 e atua na promoção do uso sustentável dos produtos florestais, na prevenção do fogo, no atendimento a comunidades isoladas e na formulação e acompanhamento de políticas públicas. A entidade faz parte de Amigos da Terra Internacional, rede de entidades ambientalistas, sem fins lucrativos, reconhecida pelas Nações Unidas desde 1971, com atuação em 68 países.

O Instituto Centro de Vida - ICV é uma organização da sociedade civil de interesse público fundada em 1991, sediada em Cuiabá, Mato Grosso. Realiza estudos e ações buscando a conservação ambiental, o fortalecimento da cidadania e a harmonia entre sociedade e natureza na Amazônia Meridional, no Cerrado e no Pantanal.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON é uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos e com qualificação de Oscip, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla de informações e formação profissional.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM é uma organização ambiental não governamental, sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária. Criado em 1995, o instituto reúne pesquisadores e educadores que compartilham do compromisso de gerar informações científicas e formar recursos humanos para desenvolvimento sustentável da Amazônia. Com sede em Belém, Pará, o Instituto ainda conta com sucursais em Brasília e Santarém.

O Instituto SocioAmbiental - ISA foi fundado em 1994, para propor soluções de maneira integrada a questões sociais e ambientais. O ISA tem como objetivo principal defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

O Núcleo de Estudos e Prática Jurídica Ambiental na Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso tem como objetivo primordial promover a capacitação e qualificação dos discentes para a atuação na área ambiental, contribuindo com a formação de uma consciência social na qualidade de operador do direito, a partir da qual conceba o direito como uma ferramenta de mudança social e de promoção de políticas públicas. A atuação do Núcleo está concentrada no combate ao desmatamento por se tratar do problema ambiental mais importante na região onde o mesmo se insere.

O Woods Hole Research Center - WHRC faz pesquisa, identifica políticas públicas e apoia atividades educacionais para avançar o bem-estar de seres humanos e o meio ambiente. A missão é entender as causas e conseqüências de mudanças ambientais como uma base para soluções para um mundo melhor.

A Fundação David and Lucile Packard é orientada pelos valores e a filosofia empresarial de suas fundadores. Ela investe e toma riscos inteligentes com gente e organizações inovadores para melhorar as vidas de crianças, facilitar a busca da ciência criativa, avançar saúde reprodutiva e conservar e restaurar os sistemas naturais da terra.